

Cidades.

Capixaba morre nos EUA

Uma capixaba morreu ao tentar atravessar o mar do Caribe para entrar ilegalmente nos Estados Unidos. O bote onde ela estava virou. *Página 15*

EDITORA:
ANDRÉA PIRAJÁ
apiraja@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8446
agazeta.com.br/cidades
gazetacidades

O POVO NAS RUAS

CONTRA O PEDÁGIO MANIFESTANTES INVADEM E OCUPAM A ASSEMBLEIA

Decisão sobre decreto que previa fim da cobrança foi adiada

▄ **LETÍCIA GONÇALVES**
lgoncalves@redgazeta.com.br

A tão aguardada votação sobre o projeto de decreto legislativo que poderia acabar com o pedágio na Terceira Ponte foi adiada ontem e provocou a ocupação da Assembleia, sobretudo do gabinete do presidente da Casa, Theodorico Ferraço (DEM), logo após uma tentativa de invasão ao plenário.

Manifestantes que acompanhavam a sessão nas galerias da Assembleia reagiram após o pedido de prazo do relator da proposta na Comissão de Constituição e Justiça, Gildevan Fernandes (PV).

Gildevan, que é suplente na comissão e substituiu o colega Sandro Locutor (PV), alegou que precisa "fazer um estudo responsável" antes de apresentar o parecer. Ele deve analisar se o projeto é ou não constitucional. O prazo do deputado é de até três sessões, o que equivale até a próxima quarta-feira.

Ontem o autor da proposta, Euclério Sampaio (PDT), apresentou uma emenda alterando o primeiro artigo do projeto, que suspendia os efeitos do contrato com a Rodosol, concessionária que administra a ponte.

O novo texto deve determinar a exclusão das avenidas Luciano das Neves e Carioca (atual Dr. Olívio Lira) do âmbito da concessão. Segundo Euclério, essas vias, antes municipais, foram estadualizadas irregularmen-

te para fazer a ligação entre a Terceira Ponte e a Rodovia do Sol, onde também há cobrança de pedágio.

"Estadualizaram as vias sem autorização do Legislativo. Isso é nulo", afirmou o deputado. Assim, a ponte sairia da área de atuação da Rodosol, suspendendo a cobrança. Já a tarifa entre Vila Velha e Guarapari continuaria.

REAÇÃO

Para alguns deputados, a emenda retira a inconstitucionalidade do projeto - a quebra de contrato - e possibilitaria a aprovação. O pedido de prazo de Gildevan provocou reações também entre os parlamentares que, durante a sessão, disseram que votariam favoravelmente ao projeto.

"A maioria ia votar a favor do projeto. A inconstitucionalidade estava sendo retirada", afirmou Claudio Vereza (PT). A bancada petista havia definido o voto favorável.

Euclério acusa o governo do Estado de interferir para que a votação não fosse realizada. "Gildevan foi pressionado. A Casa Civil fez uma reunião com diversos deputados e pediu para não votar. Arranjaram um Cristo para pedir vista", afirmou. José Esmeraldo (PR) disse que "houve mando".

Já a deputada Luzia Toledo (PMDB) avalia que a votação, se realizada ontem, seria tumultuada. Ela lembra que a emenda de Euclério foi apresentada



Manifestantes enfrentaram bloqueio feito pela PM dentro da Assembleia

em cima da hora. "Ainda não sabemos como ficou o projeto. Temos que discutir, não podemos votar uma matéria tão séria como essa goela abaixo", afirmou a peemedebista.

Theodorico avaliou o protesto durante a sessão como pacífico e disse que não houve votação "lamentavelmente".

Sessão de hoje está cancelada

▄ A sessão de hoje da Assembleia, marcada para as 9h, foi suspensa. Enquanto os manifestantes continuarem no gabinete da presidência não haverá sessão, segundo Theodorico Fer-

raço (DEM): "Não posso garantir a segurança dos funcionários". Procuradores da Casa negociavam com os manifestantes e a suspensão da sessão estava mantida até as 23h de ontem.

TRÂMITES

▼ Decreto legislativo

Projetos de decreto legislativo são apresentados quando se trata de questões de exclusividade da Assembleia, como sustar atos do Executivo que extrapolem sua competência. No caso do pedágio da Terceira Ponte, Euclério Sampaio (PDT) alega que houve estadualização de vias sem autorização do Legislativo.

▼ Prazo

O projeto tramita em regime de urgência na Assembleia e deve passar por cinco comissões na Casa. O relator na Comissão de Justiça, Gildevan Fernandes (PV), pediu prazo para dar o parecer. Ele tem três sessões para isso.

▼ Comissão

O parecer ainda vai à votação na própria comissão e precisa da maioria dos votos dos componentes para ser aprovado. Depois, é analisado também pelo plenário, tudo durante a mesma sessão plenária.

▼ Plenário

Mesmo que Gildevan considere a proposta inconstitucional, a comissão e os outros deputados podem mantê-la em pauta, então o projeto seria analisado nas demais comissões para ser votado em plenário.

EDSON CHAGAS

O POVO NAS RUAS



RICARDO MEDEIROS



EDSON CHAGAS

No meio dos manifestantes

O deputado José Esmeraldo (PR) foi à sala da presidência conversar com os manifestantes após a sessão de ontem.

“Quem fez bagunça não foram os manifestantes, foram os deputados”

—
JOSÉ ESMERALDO
Deputado (PR)

REVOLTA DURANTE SESSÃO

“Ô Gildevan, pode esperar, a sua hora vai chegar”, gritavam

▄ **LETÍCIA GONÇALVES**
lgoncalves@redgazeta.com.br

As galerias da Assembleia Legislativa, destinadas ao público, estavam lotadas. Do andar de cima e separadas apenas por um vidro do plenário, manifestantes batiam palmas, pulavam e gritavam palavras de ordem, atentos ao desenrolar da sessão de ontem e à espera da votação do projeto que suspende o pedágio na Terceira Ponte.

O projeto estava no item 17 da ordem do dia. Antes, houve a fase das comunicações e o grande expediente, que trata de outros projetos em pauta.

Os deputados aproveitaram para discursar e disseram ser favoráveis ao projeto, como Claudio Vereza (PT), que garantiu o voto da bancada petista,

José Esmeraldo (PR), Hércules da Silveira (PMDB) e Euclério Sampaio (PDT), autor da proposta.

Os parlamentares cumprimentaram os manifestantes. Diante do barulho os deputados por vezes pediram silêncio. “Cuidado para não forcem o vidro e provoquem acidentes”, advertiu Euclério.

Logo na primeira comissão pela qual passou, a de Constituição e Justiça, o relator Gildevan Fernandes (PV) pediu prazo para relatar o projeto.

Nas galerias as pessoas não entenderam de imediato do que se tratava. A pedido de Gilson Lopes (PR), o presidente Theodorico Ferraço (DEM) explicou que a votação não seria realizada ontem e poderia ficar paralisada até semana que vem.

TENSÃO

O clima, que já era tenso, ficou ainda pior. Os manifestantes saíram das galerias e se dirigiram ao plenário. Seguranças da Assembleia usaram barras nas portas do plenário para impedir a invasão de manifestantes. Euclério abandonou a sessão, atrás da barreira formada pelo Batalhão de Missões Especiais (BME) e acompanhado por Gilson Lopes.

No corredor em frente ao plenário, os manifestantes demonstravam a insatisfação com Gildevan aos gritos: “Ô Gildevan, pode esperar, a sua hora vai chegar!”. Aos poucos, os deputados foram deixando o prédio, acompanhados por PMs e seguranças da Casa. Alguns parlamentares estavam visivelmente assustados com o protesto.

ENTREVISTA

“O GOVERNO EXPRESSOU PREOCUPAÇÕES”

Gildevan Fernandes (PV)
Deputado estadual

▄ Relator do projeto sobre o pedágio da Terceira Ponte na Comissão de Justiça, Gildevan Fernandes (PV) diz que o governo pediu “responsabilidade”.

O governo pediu prazo para o senhor pedir para relatar?

Eu sou um parlamentar e posso discutir com o governo as questões. O governo expressou várias preocupações. Houve um pedido de responsabilidade.

O senhor conversou com a Comissão de Justiça?

Não há nenhuma obrigatoriedade dos projetos serem votados no mesmo dia. É uma prática comum na Casa pedir vistas para que haja o

convencimento legal.

Mas os outros deputados se disseram dispostos a votar...

Alguns entendiam que não, outros que sim. Isso é normal no parlamento. Quantas vezes já houve pedido de vistas? Quero observar o aspecto da constitucionalidade da proposição. A comissão não adentra no mérito. Várias iniciativas são louváveis, mas nem todas são constitucionais. Essa pode ser ou pode não ser. Vamos apreciar.

O senhor não teme ficar com a imagem arranhada? Os manifestantes já têm até um grito de guerra contra o senhor...

Deus é mais.

Governo articulou reuniões pela manhã

▄ Os deputados foram convocados, ainda na noite de segunda-feira, para uma série de reuniões. Uma delas foi no gabinete do secretário da Casa Civil, Luiz Ciciliotti, pela manhã.

Euclério Sampaio (PDT) acusou o governo do Estado de interferir para que a votação não fosse realizada. Mas, de acordo com Gildevan Fernandes (PV), que



Euclério criticou intervenção do governo

pediu o adiamento do texto, a reunião não se pautou em pedidos: “Foi apenas uma reflexão”.

Apesar de nos bastidores deputados revelarem que até durante a sessão mensagens de celular foram trocadas entre parlamentares e homens fortes do Palácio Anchieta, o chefe da Casa Civil também nega a intervenção: “O presidente da Co-

missão de Justiça é o Elcio Alvares (DEM). Se eu tivesse que pedir, pediria ao ele”.

Ciciliotti diz que a reunião serviu para argumentar que a suspensão do pedágio é inconstitucional e poderá resultar em multa milionária para o Estado.

Hoje deve haver um novo encontro, desta vez entre um grupo de deputados e o governador.

Integrantes de comissão ainda estão indecisos

▄ Seja qual for o parecer de Gildevan Fernandes (PV), o projeto ainda tem que ser votado pelos outros integrantes da Comissão de Finanças, que podem aprovar ou reprovar o posicionamento do deputado.

Presidente da comissão, Elcio Alvares (DEM) disse ontem à noite que

“está analisando o assunto com a prudência de costume”. Josias Da Vitória (PDT) e Luzia Toledo (PMDB) preferiram não atenciar o posicionamento. Claudio Vereza (PT) já se manifestou favoravelmente ao projeto. “Até ontem a maioria era favorável”, afirmou o petista.

O POVO NAS RUAS

GRUPO PASSA A NOITE EM GABINETE

Manifestantes invadiram sala da presidência após adiamento

de CRISTIANA EUCLYDES

Após o adiamento da votação do decreto que suspende o contrato do governo do Estado com a Rodosol, os cerca de 500 manifestantes que estavam nas galerias da Assembleia Legislativa tentaram invadir o plenário, mas foram impedidos pelo Batalhão de Missões Especiais (BME).

O destino seguinte foi o gabinete da presidência, que se tornou cenário de um quebra-quebra. Após a confusão, o grupo decidiu passar a noite no local à espera da decisão da Casa sobre a cobrança do pedágio na Terceira Ponte.

Por volta das 16h – horário do adiamento –, um grupo formado por estudantes, representantes de movimentos sociais e grupos sindicais seguiu para o plená-

rio. O BME, que estava em frente à porta de acesso, usou spray de pimenta para dispersá-lo. Esses manifestantes foram, então, até a sala da presidência, no andar de cima. Lá, a porta de vidro foi destruída, assim como alguns objetos. Quadros foram retirados às pressas por funcionários da Casa. No momento da ocupação, só havia quatro seguranças, que não conseguiram impedir a passagem.

A maioria já havia ido embora quando um grupo usou um quadro – e depois também uma mesa – para impedir a entrada de pessoas no gabinete. Cerca de 50 ficaram do lado de dentro, alegando que permaneceriam ali até a próxima sessão do plenário. Até o fechamento desta edição, eles continuavam no local.

Entre os ocupantes estavam Gustavo De Biase (Rede), ex-candidato à Prefeitura de Vitória, e Armando Fontoura, presidente do PSDB Jovem do Espírito Santo, além de militantes do PT. O BME chegou a subir ao andar da presidência, mas não interveio. O grupo comprometeu-se a não quebrar nada se a polícia não entrasse. Do lado de fora, alguns manifestantes limpavam os vidros quebrados. Mais tarde, foi autorizada a entrada de comida no gabinete.

Enquanto os protestos seguiam na Assembleia, o pedágio da Terceira Ponte era liberado. Cabines foram protegidas com tapumes para evitar nova destruição.

gazetaonline.com.br

/cidades Veja mais fotos da manifestação na Assembleia.

POSIÇÃO DOS MANIFESTANTES

“Desrespeito à população capixaba”

“Hoje (ontem), dia 2 de julho de 2013, na sessão da Assembleia Legislativa do Espírito Santo na qual seria votada a suspensão do contrato de concessão do governo do Estado com a Rodosol, e, consequentemente, o fim do pedágio da Terceira Ponte, o povo capixaba acompanhou a manobra política articulada

pelo governador Casa-grande juntamente com a Rodosol, representados pelo deputado Gildevan Fernandes (PV), que pediu vistas do projeto, impedindo a votação imediata pelo fim do pedágio. Em resposta a esse desrespeito à população capixaba, ocupamos a Assembleia Legislativa para pressionar o restabelecimento

imediato da sessão, e que ela tenha como primeiro ponto de pauta a votação e aprovação do fim do pedágio. Contamos com o apoio da população para ocupar esta Casa, que é do povo.”

—
NOTA NA ÍNTEGRA

ESSE FOI O TEXTO DIVULGADO NAS REDES SOCIAIS, ONTEM À NOITE, POR MANIFESTANTES ENVOLVIDOS NA OCUPAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA ASSEMBLEIA



Manifestantes pressionaram porta para conseguir entrar no gabinete da presidência

EDSON CHAGAS



Já na sala, atravessaram um quadro na entrada para impedir acesso de mais pessoas

GABRIEL LORDÉLLO



Uma porta de vidro foi quebrada durante a confusão, dentro da Assembleia

O POVO NAS RUAS

“EU NÃO FIZ CONTRATO”

Casagrande diz que rompimento implica custos ao Estado

/// RITA BRIDI
rbridi@redgazeta.com.br

O governador Renato Casagrande disse ontem que, se a Assembleia Legislativa aprovar o projeto de decreto legislativo que propõe a revogação da cobrança da tarifa de pedágio na Terceira Ponte, a Casa terá que indicar também como será o pagamento da indenização à concessionária.

“É importante que a Assembleia aponte de onde virá o dinheiro caso seja necessário se pagar uma indenização pelo rompimento do contrato”, destacou.

Casagrande considera importante a sociedade capixaba saber que o rompimento de contrato tem ônus para quem o rompe e também ser informada sobre a origem do dinheiro

para o ressarcimento.

Inicialmente, o governador resistiu em opinar a respeito do assunto, alegando preferir aguardar a decisão da Assembleia Legislativa antes de se manifestar. Depois, deu entrevista e fez questão de destacar que ao assumir a chefia do governo o contrato já estava assinado.

“É sempre bom que os capixabas saibam que esse contrato foi assinado, ou reassinado, em 1998. Assumi o governo com esse contrato assinado e não fiz nenhum contrato com nenhuma empresa”, enfatizou.

INDENIZAÇÃO

Na tarde de ontem, Casagrande disse que não tinha ainda o valor exato da indenização que teria que ser paga à concessionária

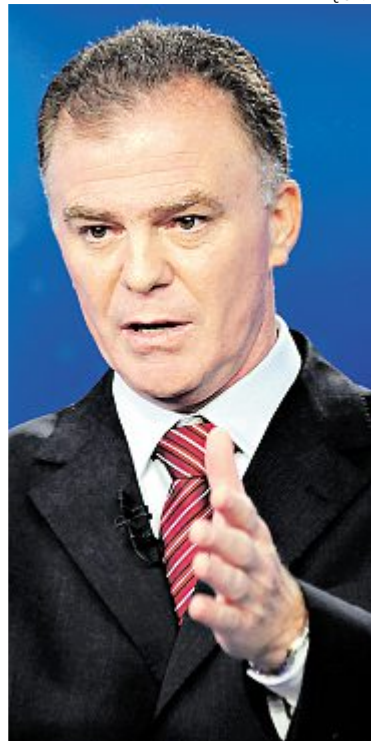
caso haja o rompimento do contrato. Disse que o valor é muito alto e que passa dos R\$ 400 milhões.

“É um volume de recurso muito grande, e tem que ser feito um debate responsável com a sociedade capixaba, com aquilo que a gente quer construir em termo de imagem neste Estado”, ponderou.

O governador lembrou a decisão de se fazer uma nova auditoria no contrato da Rodosol, empresa concessionária da Terceira Ponte e da Rodovia do Sol. O objetivo é verificar se o contrato está sendo efetivamente cumprido no que diz respeito à prestação dos serviços e à questão tarifária.

A proposta da auditoria, segundo o governador, deve-se a vários ques-

ARQUIVO



“Assumi o governo com esse contrato assinado. Se houver decisão de rompimento de contrato, tem que saber também de onde vem o dinheiro para fazer o ressarcimento. A Assembleia terá que indicar de onde virá o dinheiro”

—
RENATO CASAGRANDE
GOVERNADOR DO ESTADO

tionamentos feitos por diferentes segmentos da sociedade que sugerem a existência de problemas no contrato. “Como levantam que há problema no contrato, acho que o melhor é que órgãos de muita confiabilidade, como o Ministério Público e o Tribunal de Contas, façam auditoria para ver se há alguma irregularidade.”

VERIFICAÇÃO

Na avaliação de Casagrande, “é bom que antes de qualquer decisão superficial” seja verificado se de fato há algum problema no contrato. Se for constatada alguma irregularidade, explicou, é necessário que sejam feitos os ajustes. Nesse caso, a Justiça pode determinar o tipo de ajustamento a ser feito.

Todo o Estado terá que pagar por indenização, diz procurador

/// Até junho de 2008, o valor necessário para que o governo rompesse o contrato com a ponte seria de R\$ 446,9 milhões. O cálculo foi feito pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), quando realizou uma auditoria no contrato. Esse seria o custo da encampação do contrato, explicou o procurador-geral do Estado, Rodrigo Júdice.

Esse valor, afirma ele, teria que ser pago por toda a população. “É algo injusto com quem reside em outros municípios e não usa o Sistema Rodosol”, diz o procurador. Diariamente trafegam pela Terceira Ponte cerca de 77 mil veículos.

Além da indenização, o Estado estaria em uma posição contraditória, diz Júdice, já que briga no Supre-

mo Tribunal Federal (STF) para que os contratos relacionados à exploração de petróleo sejam respeitados. Eles estão ameaçados por lei do Congresso Nacional que muda a distribuição dos royalties do petróleo.

“Se exigimos que respeitem os nossos contratos, não podemos adotar uma postura inversa em relação aos outros”, comentou Júdice.

Decreto: questionamento só na Justiça

/// Se aprovado pelos deputados – e publicado –, o decreto legislativo terá que ser cumprido; e o contrato com a Rodosol, suspenso pelo governo do Estado. Por consequência, o pedágio não poderá ser cobrado. De acordo com o doutor em Direito Constitucional Daury César Fabríz, esse tipo de ato tem força de lei e terá que ser questionado na Justiça pelos que se sentirem prejudicados.

Isso deve ocorrer, mesmo com o decreto legislativo sendo utilizado de for-

ma ilegal e inconstitucional. Fabríz, que é professor da FDV e da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), explica que esse tipo de norma é utilizada para resolver questões privadas da Assembleia.

“Ele (decreto) não tem esse poder. Existe um contrato, com base no Direito Administrativo, que gera direitos e ônus para as partes”, pontua o professor.

Se o contrato com a Rodosol foi feito seguindo as leis que permitem a concessão, o Estado não teria

exorbitado de seus limites, o que poderia invalidar o decreto. Mas se ele for aprovado, promulgado e publicado, a palavra final sobre o assunto, se houver questionamentos, vai acabar sendo do Judiciário, explica o professor.

Tudo isso cria, segundo Fabríz, um cenário de insegurança sobre o futuro da Terceira Ponte. “Quem vai administrá-la, cuidar de sua manutenção? Talvez tenha que ser feita uma nova licitação”, adianta o professor.



Saúde: Direito de Todos e Dever do Estado



A Federação Brasileira das Cooperativas de Anestesiologia (FEBRACAN), atenta ao posicionamento da Presidenta Dilma Rousseff numa tentativa de solucionar os problemas da saúde pública brasileira, recebe com receio e críticas a ideia de importação de médicos estrangeiros.

Somos consonantes com o repúdio manifesto do Conselho Federal de Medicina (CFM), Associação Médica Brasileira (AMB), Federação Nacional dos Médicos (FENAM) e Associação Nacional dos Médicos Residentes (ANMR).

Através dos abusivos pagamentos de impostos, os cidadãos brasileiros financiam o Sistema Único de Saúde (SUS). Este, constitucionalmente, deve ser amplo, democrático e sem distinções. A FEBRACAN defende uma gestão pública eficiente, transparente e honesta, para que assim consigamos oferecer saúde pública com qualidade e segurança.

Entendemos que importação de profissionais médicos sem a devida avaliação legal (REVALIDA) será apenas mais uma atitude inócua e de risco ao povo brasileiro.

Francisco Alberto de Oliveira Junior
Presidente da FEBRACAN

Carlos Eduardo David de Almeida
Presidente da SAES

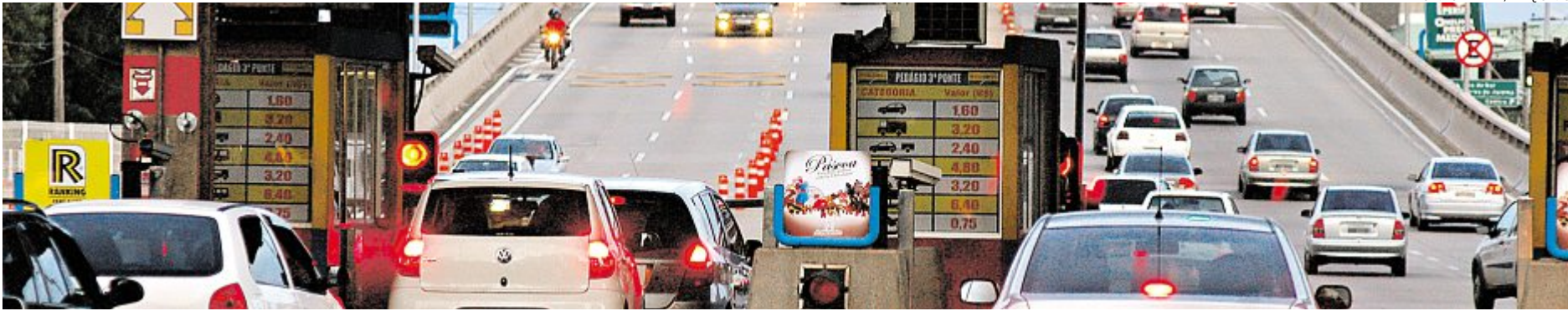
Erick Freitas Curi
Presidente da Coopanes/ES
Vice-presidente da FEBRACAN

Manifesto FEBRACAN – SAES – COOPANEST/ES | Espírito Santo/ES

O POVO NAS RUAS

TERCEIRA PONTE

FÁBIO VICENTINI/ARQUIVO



1.

CONTRATO DE CONCESSÃO. O governo do Espírito Santo e a concessionária Rodosol firmaram o contrato de concessão do Sistema Rodovia do Sol em dezembro de 1998, por meio de um processo licitatório. Na época, o governador do Estado era o médico Vitor Buaiz, que se elegeu pelo PT, mas no final do seu governo migrou para o PV. O contrato prevê que a concessão dure 25 anos, terminando, portanto, somente em 2023.

2.

DEVERES E DIREITOS. Segundo o contrato, cabe à Rodosol garantir a operação, a manutenção e a conservação do Sistema Rodovia do Sol, da Terceira Ponte, em Vitória, ao Km 67,5, em Meaípe, Guarapari. Também coube à empresa a responsabilidade pela duplicação da Rodovia do Sol, concluída em 2000, e a construção do Contorno de Guarapari, entre 2001 e 2003. O retorno desses investimentos dá-se por meio dos pedágios da ponte e da rodovia.

3.

AUDITORIA. Em 2008, na administração Paulo Hartung (PMDB), engarrafamentos na ponte e em seus acessos levaram o governo a cobrar providências da Rodosol, que, baseada no próprio contrato – que só define padrão de serviço adequado para a rodovia – não executou a obra. O governo, então, cogitou encampar a concessão e contratou auditoria da Fundação Getúlio Vargas (FGV) que mostrou: a aplicação da medida custaria ao governo R\$ 446,9 milhões.

4.

TAXA DE RETORNO. A auditoria contratada à Fundação Getúlio Vargas em 2008 apurou também a Taxa Interna de Retorno (TIR) da Rodosol, que é de 16,8%, prevista em contrato. A empresa alega que, em 1998, a Selic – índice pelo qual as taxas de juros cobradas pelo mercado se balizam no Brasil – girava em torno de 34%. A TIR é obtida levando-se em conta a relação entre as receitas e as saídas, no tempo em que foram realizadas. “Quando a receita não corresponde ao previsto, o risco é da concessionária”, diz a Rodosol, citando a Rodovia do Sol, onde o fluxo diário de veículos (9.984) estaria 50% menor do que o previsto em 1998. Já pela ponte passam 77.133 por dia.

7

questões sobre o pedágio

5.

NOVA ANÁLISE. Os recentes protestos no Estado também motivaram o Ministério Público Estadual (MPES) – que, em 1998, já havia movido uma ação judicial contra a concessão do Sistema Rodovia do Sol – a investigar, mais uma vez, o contrato do governo com a Rodosol. Nesta semana, numa reunião entre representantes da Procuradoria Geral do Estado (PGE) e do MPES, ficou decidida a realização de uma nova auditoria no contrato para apurar a tarifa e a qualidade da prestação de serviços, além de responder à principal pergunta feita por boa parte da população: se a dívida relativa à Terceira Ponte já foi quitada.

“Contrato celebrado tem que ser cumprido, mas a forma tem que ser questionada em alguns pontos. Vamos apurar fluxo de veículos, valor arrecadado com tarifas de pedágio, se a ponte já foi paga, a verba de publicidade arrecadada na ponte”

SANDRA LEMGRUBER PROMOTORA DE JUSTIÇA

“A Rodosol investiu R\$ 380 milhões nas obras iniciais de duplicação da Rodovia do Sol e no Contorno de Guarapari, além de ter pago a dívida do governo para construção da ponte. Investiu primeiro para arrecadar depois, com o pedágio”

GERALDO DADALTO DIRETOR-PRESIDENTE DA RODOSOL

6.

DOAÇÃO DE CAMPANHA. Um dos alvos dos protestos nas ruas da Grande Vitória, principalmente nas redes sociais, a empresa Rodosol foi apontada como uma das doadoras de dinheiro para campanha do governador Renato Casagrande (PSB). Mas a empresa garante: “A Rodosol não faz doações para campanhas políticas, o que é proibido pela lei de concessões”, informou a concessionária, por meio de nota.

Alvo de forte rejeição popular, a cobrança na Terceira Ponte será, mais uma vez, auditada

CLAUDIA FELIZ
cfeliz@redgazeta.com.br

São muitas as perguntas sobre o contrato de concessão do governo com a empresa Rodosol, que envolve a Terceira Ponte e a Rodovia do Sol. Desde que manifestantes quebraram todos os equipamentos da Praça de Pedágio da ponte, em Vitória, no dia 20 de junho – quando 100 mil pessoas foram às ruas – os dias na Rodosol nunca mais foram os mesmos.

A cobrança de pedágio na ponte transformou-se numa espécie de “símbolo” dos protestos. Ela foi iniciada no governo Max Mauro como forma de viabilizar a conclusão da obra de ligação entre Vitória e Vila Velha pela empresa ORL – e que foi mantida num contrato de concessão do governo Vitor Buaiz, em 1998, com a Rodosol, com término previsto só em 2023.

Governo e Ministério Público já decidiram realizar nova auditoria no contrato. E, enquanto não se conhece o resultado dessa apuração, A GAZETA apresenta sete questões sobre o assunto.

7.

RESCISÃO. O contrato firmado entre a concessionária Rodosol e o governo do Espírito Santo prevê, na cláusula XXVIII, a possibilidade de extinção da concessão, entre outras formas, por advento do termo contratual, encampação, caducidade, rescisão, anulação, falência ou extinção da empresa. Extinta a concessão, o Estado assume os serviços. Mas a medida implica obrigatoriedade de o Estado indenizar a empresa.

O POVO NAS RUAS

MÉDICOS PROTESTAM POR MAIS ATENÇÃO À SAÚDE

Profissionais e estudantes de Medicina farão passeata hoje

ANDERSON SALLES
asalles@redgazeta.com.br
DA REDAÇÃO MULTIMÍDIA

Uma nova manifestação vai ganhar as ruas de Vitória hoje. Desta vez, a cor branca do jaleco dos profissionais de Medicina é que deve prevalecer. Médicos, professores, residentes e estudantes de Medicina vão protestar contra o baixo investimento do governo brasileiro na saúde pública, as más condições de trabalho da categoria e o sucateamento do SUS (Sistema Único de Saúde), entre outras questões.

A mobilização, nacional, será composta de atos públicos, passeatas e assembleias. Segundo a organização, o protesto não afetará os atendimentos de urgência e emergência nas unidades.

Um dos pontos que serão abordados na manifestação diz respeito à polêmica contratação de médicos estrangeiros pelo governo federal para atuar no Brasil. Esses profissionais não precisariam passar pelo exame de revalidação de diploma.

“Queremos deixar bem claro que somos contra essa determinação. Somos mais de 400 mil em todo o país, e a cada ano as faculdades de Medicina despejam no mercado em torno de 17 mil médicos. O país precisa é dar condições de trabalho adequadas para os profissionais daqui”, diz

R\$10 mil para atuar no interior

“O programa que está sendo estruturado para atrair médicos brasileiros e estrangeiros para atuar no interior do país vai oferecer salário de R\$ 10 mil, de acordo com o Ministério da Saúde. As regras ainda estão sendo definidas, e também não foi divulgado o número de vagas.

o presidente do Sindicato dos Médicos do Espírito Santo, Otto Baptista.

PROGRAMAÇÃO

Em Vitória, às 9h, haverá visita de entidades médicas ao Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes (Hucam), em Maruípe, Capital. “Será uma visita de fiscalização para mostrarmos as condições de atendimento do hospital”, conta Baptista.

As 17h, médicos e representantes de Centros Acadêmicos e Estudantes de Medicina vão se concentrar na sede do Conselho Regional de Medicina (CRM-ES), na Rua Professora Emília Franklin Mululo, bairro Bento Ferreira. Em seguida, está prevista uma caminhada até a Assembleia Legislativa.



No ato realizado no último dia 20, cerca de 100 mil pessoas foram às ruas de Vitória e Vila Velha, segundo a PM

5 mil confirmados para manifestação amanhã

“Uma nova manifestação organizada pelo grupo “Não é por 20 centavos, é por direitos” está marcada para amanhã. A concentração está marcada para o campus da Ufes, às 17h30, com saída do local uma hora depois. Os ativistas devem seguir pela Reta da Penha com destino à Praça do Pedágio da

Terceira Ponte e à Assembleia Legislativa, na Enseada do Suá.

Até a noite de ontem, mais de 5 mil pessoas já haviam confirmado presença no evento via Facebook. Na descrição da página, os manifestantes elencaram 38 reivindicações estaduais e cinco municipais, além de

quatro pautas nacionais. No âmbito estadual, os pedidos englobam diversas áreas, como mobilidade urbana, saúde, educação, meio ambiente, direitos humanos e saúde.

O grupo também quer, entre outras mudanças, a tarifa zero para transporte coletivo, o fim do pedágio

na Terceira Ponte e a criação de uma universidade estadual.

Uma nova assembleia já foi marcada para se decidir sobre as próximas ações do movimento. O evento deve acontecer no próximo sábado, às 14h, no estacionamento do Parque Tancredão, na Ilha do Príncipe, em Vitória.

Reunião com o governo dura 6 horas

Após mais de seis horas de reunião, algumas das principais reivindicações dos manifestantes foram descartadas pelo governo do Estado. São elas: o fim do pedágio da Terceira Ponte e a suspensão do contrato com a Rodosol.

Os manifestantes, na maioria estudantes, estiveram no encontro com portas fechadas, ontem, no Palácio da Fonte Grande, no Centro de Vitória.

Os estudantes apresen-

taram 38 propostas de melhorias e prioridades de investimentos nos serviços públicos. Dessas, dez foram excluídas, já que não são de responsabilidade do Executivo estadual. Outros cinco itens serão discutidos na próxima segunda, em nova reunião.

O governo afirmou que também não pode atender ao pedido do fim da concessão do transporte público e de implementação imediata da tarifa zero no

transporte público.

“O governo já gasta R\$ 80 milhões com subsídios para passe livre dos estudantes. Em compensação, eles têm outro ponto que visava a passe livre para pessoas desempregadas. O governo vai estudar a possibilidade técnica e financeira de atender a esse pleito. Mas, sobre tarifa zero, entendemos que faz parte do passe livre dos estudantes”, explica o secretário estadual de governo,

Thiago Hoffmann.

Os militantes fazem parte do movimento “Não é por 20 centavos, é por direitos” e deixaram a reunião sem falar com a imprensa. Um dos assuntos mais reivindicados nacionalmente é a criação do conselho tarifário. Segundo o secretário de governo, os militantes querem que 50% do conselho sejam formados por usuários; e o restante, dividido entre governo e rodoviários.

“O governo do Estado é pioneiro em implantar esse conselho, inclusive os estudantes fazem parte dessa organização. Os manifestantes solicitaram melhorias e aperfeiçoamento nos processos internos e ampliação da transparência da discussão, que foram aceitos”, ressalta.

As 18 reivindicações discutidas foram encaminhadas ao governador Renato Casagrande

(PSB). “O governador aguarda a comissão instituída por ele para primeiro fazer uma filtragem. Depois, fazer um primeiro diálogo com o movimento”, garante.

Amanhã, os estudantes têm um encontro com representantes da Secretaria Estadual de Transportes e Obras Públicas (Setop) para discutir o tema transporte público. (Tiago Félix)

gazetaonline.com.br

/cidades. Confira a lista das reivindicações dos manifestantes.

O POVO NAS RUAS

RISCO DE FALTAR GASOLINA E ALIMENTOS

Protesto dos caminhoneiros já preocupa comércio, que prevê dificuldades de abastecimento

▄ **ABDO FILHO**
afilho@redgazeta.com.br

O risco de desabastecimento já preocupa empresários e comerciantes de todo o Espírito Santo. Desde a manhã de segunda-feira caminhoneiros de todo o Brasil, protestando por melhores condições de trabalho, fecham rodovias. No Estado há barreiras em Iconha, Rio Novo do Sul, Atílio Vivacqua, Piúma, Cariacica e Viana.

A princípio, a manifestação termina às 6 horas de amanhã, mas muitos caminhoneiros defendem paralisação até que as reivindicações sejam atendidas. Essa possibilidade de radicalização é que preocupa. Cargas de frutas, legumes, verduras, congelados e laticínios já estão estragando. José Lino Sepulcri, presidente da Federação do Comércio (Fecomércio) do Estado, disse que a situação vai complicar caso não voltem até o fim de semana. “Eles transportam praticamente toda a carga do país. Caso não voltem até o final desta semana, a situação vai ficar complicada”.

Segundo Sepulcri, o problema pode acabar no bolso do consumidor. “Frutas, verduras e legumes duram muito pouco em qualquer situação, precisam ser consumidos logo. Com pouca oferta, os preços podem subir”.

João Carlos Devens, pre-

sidente da Associação Capi-xaba dos Supermercados, afirmou que o abastecimento segue normal. “Por enquanto não sentimos qualquer efeito, mas a coisa vai se complicar se isso se estender. O estoque médio dos supermercados é de sete dias, se passar disso complica”.

Outro problema que se avizinha é a falta de combustíveis. De acordo com Sindipostos, o estoque médio é de três dias, se abastecimento não voltar ao normal, pode começar a faltar amanhã. “O combustível do Estado chega, em sua maioria, pelo Porto de Tubarão, mas a entrega se faz pelas estradas. Os estabelecimentos do interior serão os pri-

meiros a ficarem sem”, informou a assessoria de imprensa do sindicato.

No caso dos medicamentos a situação é um pouco mais tranquila. Boa parte das distribuidoras fica no Estado, mas a entrega no interior pode ficar comprometida. “Além dos estoques das farmácias, as distribuidoras têm estoque para 10, 15 dias. O problema pode ser levar o produto para o interior, afinal, o caminhão pode nem conseguir ir ou pode ir e não voltar, o que prejudicaria também o abastecimento na Grande Vitória”, explicou Edson Marchiori, presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos.

Mobilização pode levar mais tempo

▄ **Ainda não há definição sobre os próximos passos da paralisação dos caminhoneiros. A previsão era de que ela terminasse às 6h de amanhã, mas muitos dos manifestantes desejam manter o ato até que haja uma resposta para as reivindicações. Eles querem óleo diesel subsidiado, isenção para caminhões do pagamento de pedágio em todo país e a aprimoração da Lei do Motorista.**

▄ **DA REDAÇÃO MULTIMÍDIA**
Pelo menos seis pontos de rodovias no Estado foram bloqueados ontem, durante protestos de caminhoneiros. Em Iconha, Rio Novo do Sul, Piúma, Atílio Vivacqua, Cariacica e Viana o tráfego ficou restrito a carros pequenos e motos. Nenhum caminhão conseguiu passar. Chegou a ser considerado o bloqueio do trecho da BR 259, entre João Neiva e Colatina. Os protestos duraram mais de 12 horas e devem continuar hoje.

Os caminhoneiros come-



FOTOS DE BERNARDO COUTINHO

A BR 262 ficou com o trânsito lento por causa do protesto dos caminhoneiros



Motorista de caminhão tenta furar bloqueio na Rodovia do Contorno

Rodovias sofrem bloqueio em 6 pontos

NO ESTADO

As barreiras

▼ **BR 262**
Km 10, em Viana

▼ **BR 101**
Contorno

▼ **BR 101 Sul**
Km 374, em Iconha
Km 392, em Rio Novo do Sul
Km 424, em Atílio Vivacqua

▼ **ES 060 (Rod. do Sol)**
Piúma

com o bloqueio, que liberava apenas caminhões com carga viva, remédio ou material hospitalar. Os que tinham alimento perecível esperavam.

GASOLINA

Alguns postos de gasolina de Cachoeiro começaram a sentir o reflexo da paralisação, pois o combustível começa a faltar. Em alguns deles, a quantidade no reservatório dava só para ontem. Já nos supermercados ainda não há falta de produtos.

O POVO NAS RUAS

GOVERNO VAI PROIBIR O BLOQUEIO DE ESTRADAS

Ministro afirma que não é possível atender às reivindicações

BRASÍLIA

« O ministro dos Transportes, César Borges, disse ontem que o governo vai tomar as providências necessárias para evitar os bloqueios de caminhoneiros nas estradas e criar uma câmara com representantes do setor de transporte de cargas para discutir os problemas da área. O objetivo é ampliar o diálogo e buscar soluções rápidas para evitar situações de paralisação como as que vêm ocorrendo atualmente.

“O Brasil e o governo federal não podem assistir passivamente a esta situação. O governo tomará todas as medidas que estiverem a seu alcance para que o Brasil tenha tranquilidade,

PROTESTOS

17

rodovias

do país, em nove Estados, foram alvo de bloqueio dos caminhoneiros.

todas as cargas cheguem a seu destino e a economia brasileira flua”, disse.

Borges disse que não é possível atender a todas as reivindicações dos caminhoneiros. A isenção de pedágio, por exemplo, pode prejudicar contratos de concessão, ressaltou. Os profissionais pedem também subsídio ao óleo diesel, criação

de estrutura exclusiva para atender ao transporte rodoviário de cargas e aprimoramento da lei conhecida como Lei do Caminhoneiro. Ao comentar essas demandas, Borges explicou que o diesel já é subsidiado, que o Ministério dos Transportes tem uma secretaria com a função da estrutura pedida pelos manifestantes e que o governo apoia o aprimoramento da lei.

Os ministros César Borges e Gleisi Hoffmann, chefe da Casa Civil, reuniram-se ontem com representantes de caminhoneiros autônomos contrários aos bloqueios nas estradas. Na avaliação do ministro, os bloqueios são organizados por uma minoria.



MÁRIO BITTENCOURT/AE

Na Bahia, os dois sentidos da BR 116 tinham barreiras em Cândido Sales

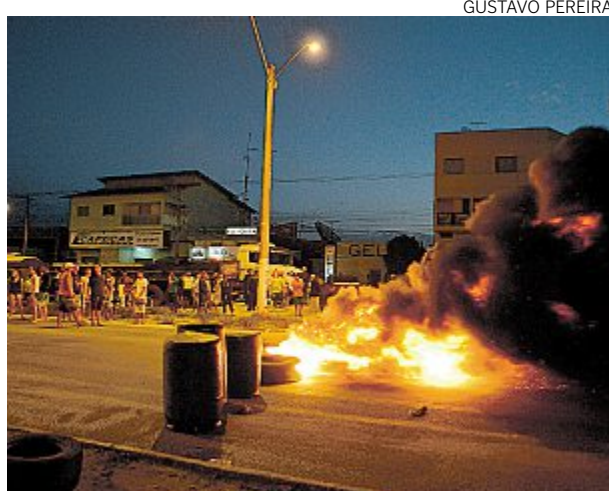
LINHARES

População fecha a BR 101 após atropelamento

Manifestantes fecharam a BR 101 em Linhares, no Norte do Estado, no Km 141, entre os bairros Santa Cruz e Nova Betânia, ontem. O fato ocorreu no fim da tarde, horas após um atropelamento no trecho. Um carro atingiu uma mulher de 56 anos e três crianças, entre elas um bebê de 1 ano.

O acidente aconteceu pouco antes das 12h, e à tarde cerca de 200 manifestantes pediram mais sinalização para o local. De acordo com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), o condutor – um encarregado de pessoal de 41 anos – dirigia um GM Classic no sentido Vitória e seguiu na contramão para tentar ultrapassar veículos.

A mulher e as três crianças tentavam atravessar a rodovia e foram atingidas em cheio pelo GM Classic. As vítimas foram socorridas pelo Corpo de Bombeiros e levadas para a hospitais.



GUSTAVO PEREIRA

Manifestantes pedem sinalização para o trecho

“Minha filha quebrou cinco dentes e sofreu cortes e arranhões por todo o corpo. Esse delinquente que dirigia o carro poderia até tê-la matado”, lamentou o operador de empilhadeira Genivaldo Pereira, pai de uma das crianças, 10 anos.

Além da filha de Genivaldo, um menino de 9 anos e um bebê de 1 ano, estão in-

ternados no Hospital Geral de Linhares (HGL), em situação estável. A mulher, de 56 anos, está na mesma instituição. Detido pela PRF, o motorista foi detido fez teste do bafômetro, que mostrou que ele não bebeu. A concessionária ECO-101, responsável pela BR 101 no Estado, disse que, em curto prazo, vai sinalizar o trecho.

TRANSPORTE PÚBLICO

Aprovado projeto que pode reduzir tarifa

Foi aprovada no Senado a proposta que transfere para o governo federal boa parte da conta dos incentivos tributários previstos no projeto de lei que garante uma redução das tarifas do transporte público coletivo de até 15%. A emenda, apresentada pelo líder tucano da Casa, Aloysio Nunes Ferreira (SP), na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), permite

que Estados e municípios abatem parte das dívidas que têm com a União caso ingressem em um regime especial de benefícios fiscais a empresas do setor de transportes. O projeto segue agora para a Câmara, caso não haja requerimento com pedido de análise no plenário. Só depois da aprovação pelos deputados que o texto seguirá para sanção presidencial.

+ BR FECHADA

Protesto por escola na Serra

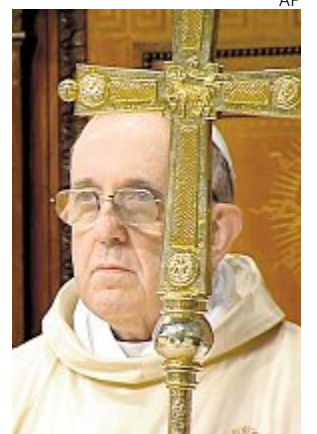
Outro protesto realizado ontem no Estado aconteceu na Serra, onde manifestantes ocuparam pistas da BR 101 na altura do bairro Nova Carapina, no fim da tarde. Pneus e galhos foram incendiados. Moradores da região afirmam que pedem, há cinco anos, uma escola no bairro e não são atendidos. A manifestação deixou o trânsito congestionado nos dois sentidos.

EM DISCURSO NA JORNADA

Papa considera justos protestos no Brasil

O papa Francisco incluirá em seu discurso na Jornada Mundial da Juventude (JMJ), no Rio de Janeiro, o tema dos protestos que tomam as ruas do Brasil, afirmou o jornal espanhol “El País”. “Segundo o papa Francisco, as reivindicações por maior justiça não

contradizem o Evangelho”, diz a publicação. Diante da importância dos acontecimentos, o papa decidiu fazer alusão ao assunto durante a semana em que ficará no Brasil, para a Jornada Mundial da Juventude, que acontece entre os dias 23 e 28 de julho.



Papa Francisco estará no Brasil neste mês